

# Proposto serviço militar para mulheres

O serviço militar obrigatório para todos os brasileiros (mulheres e padres, inclusive) faz parte das propostas para a nova Constituição brasileira aprovadas ontem, no Rio, pelo subcomitê da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que debateu o tema "Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas". A transformação do Conselho de Segurança Nacional em Conselho de Defesa Nacional, do qual participariam os presidentes da Câmara e do Senado e os líderes da maioria e da minoria na Câmara, e a criação de guardas municipais nas cidades com mais de duzentos mil habitantes foram outras decisões do subcomitê, que se reuniu no Hotel Glória, zona sul do Rio, das 10h às 13h.

O princípio da "submissão das Forças Armadas ao poder civil", apresentado à Comissão num documento elaborado por representantes dos ministros militares, "norteia as definições sobre as tarefas dos mili-

tares" que serão propostas ao Congresso Constituinte, afirmou o presidente do subcomitê, Ney Prado, 55, professor da Escola Superior de Guerra. Na redação proposta para a nova Constituição, "as Forças Armadas destinam-se a assegurar a independência e a sobreania do país, a defender a integridade do território brasileiro e a garantir os poderes e a ordem constitucionais". Na atual Constituição, elas destinam-se à "defesa da pátria e garantia dos poderes, da lei e da ordem".

A intervenção das Forças Armadas no plano interno limitaria-se a "momentos de extrema gravidade", quando seriam decretados o "estado de alarme" ou o "estado de sítio", ambos pelo presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional. O primeiro, "mais limitado no espaço, no tempo e nas restrições cabíveis", não necessitaria da aprovação do Congresso, mas o "estado de sítio, mais amplo, mais longo e com restrições ao exercício de direitos mais graves", teria que ser

solicitado ao Legislativo e necessitaria da aprovação da maioria de seus membros.

O direito de voto para cabos e soldados e a possibilidade de um militar licenciado da ativa candidatar-se a cargo eletivo e retornar a ela, se derrotado, também foram aprovados: "Ampliam-se os direitos políticos dos militares, conforme eles próprios desejam", disse Ney Prado.

O subcomitê propõe ainda a substituição da Polícia Militar e da Polícia Civil por duas instituições de segurança pública, subordinadas ao governo estadual: a "força pública", à qual competiria o policiamento preventivo ostensivo uniformizado, e a "polícia judiciária", encarregada da apuração das infrações penais. As guardas municipais seriam subordinadas às "forças públicas".

As propostas do subcomitê serão votadas pela plenária da Comissão e, se aprovadas, farão parte do anteprojeto de Constituição que será entregue em julho ao presidente Sarney.